

Momento não é adequado para cortes, diz senador 169

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Embora acredite que a sucessão presidencial, e não a execução orçamentária, é que vai determinar a definição de uma base de sustentação do governo a partir de agora, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) não considera o momento adequado para que o Executivo faça cortes diretos no Orçamento da União deste ano e muito menos restrinja esses cortes às emendas dos parlamentares. "É evidente que, se a execução do Orçamento não for transparente e em cima das prioridades nacionais, o governo terá problemas com o Legislativo", prevê o senador.

Como relator da proposta orçamentária da União para 1993, Mansueto de Lavor acredita que o governo poderia atingir os mesmos resultados que deseja, se optasse por uma seletividade de programas, priorizando projetos de combate à fome, seca, no setor da segurança e estimulando o aumento do mercado de trabalho. "O Congresso Nacional não se oporia a uma lista de prioridades dessas. E assim os programas menos urgentes deveriam ser adiados para o final do ano e cumpridos na medida do possível, sem nenhum corte imediato e direto. Na prática, isso representaria um contingenciamento in-

direto", avalia o senador. Ele calcula que só com essa postura o governo reduziria de US\$ 12 bilhões para US\$ 8 bilhões o montante de investimentos previstos na proposta orçamentária.

Lavor propõe ainda que o Executivo reveja suas prioridades de investimentos, lembrando que foi o governo o responsável pela destinação de Cr\$ 55 bilhões para a vice-presidência da República, atualmente vaga. Citou também a destinação de verbas para empresas extintas como a Interbrás e para portos, hoje em processo de privatização; e os chamados "programas guarda-chuvas", como o dos CIAC, que têm seus valores superdimensionados, de forma que possam viabilizar a execução de programas paralelos, através de remanejamentos regulares.

De acordo com estudos que está fazendo junto com sua assessoria, Mansueto de Lavor estima que o Orçamento de 1993 contará com um superávit de US\$ 20 bilhões — um número bem diferente do projetado pela equipe econômica, que prevê um déficit na casa dos US\$ 14 bilhões. Para o senador, "esse déficit é uma invenção, uma fantasia". Ele acredita que com esse superávit, o governo não terá problemas para cumprir as exigências de uma política salarial para o funcionalismo público, pagando também os 147% dos aposentados, a isonomia salarial e os gastos com os programas da fome e de combate à seca no Nordeste.

Mansueto de Lavor não leva em consideração a possibilidade de o presidente Itamar Franco vir a vetar qualquer dos artigos da proposta orçamentária, que deve ser sancionada até o próximo dia 29.

VIAGENS — Logo depois da reunião ministerial, marcada para este sábado, 24, quatro ministros têm viagens agendadas para o exterior.

O ministro da Fazenda, Eliseu Resende, embarca no próximo dia 27 para Washington, onde participará da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional.